

“Aspiro, mas não espero”

Heraclio Salles *

A crise de confiança que parece expor nosso Congresso à reprovação de parte significativa do eleitorado coincide com o confronto entre o presidente e o Congresso dos Estados Unidos em torno da questão vital do crçamento. Duas situações, duas tradições, duas concepções do poder e da responsabilidade de governar. Poderíamos dizer: dois tipos de crise, cuja comparação ficaria mais rica de significado se atentássemos para a circunstância de estarem as duas câmaras em fim de mandato.

Para o efeito de tentar uma explicação imediata do nosso caso — como já fez ontem, quase exaustivamente, Villas-Bôas Corrêa — pouca luz poderia nos dar um paralelo histórico entre o nosso fenômeno e o norte-americano, a não ser que o propósito fosse demonstrar a inconveniência das cópias em matéria de modelos institucionais. Nesta hipótese caberia lembrar que nossa tradição é a de fragilidade da instituição mais típica do sistema representativo, embora alguns homens de Estado tivessem instaurado fora da Constituição, no ciclo imperial, o parlamentarismo, substituído com o advento da República. A que viria lembrar essa “nomenclatura morta”, que não se justifica pelo “vício de memória velha”, a que se referiu Machado de Assis em famosa página evocativa?

Vem isso a ponto de dizer que tivemos um parlamentarismo em que o Parlamento, apesar de deter a rédea do governo ao lado do centro imperial, governava como instrumento do Poder Moderador, que dava ao monarca a faculdade de alternar no comando do Executivo os dois partidos dominantes. Proclamada a República, o velho marçal monarquista que assumira a presidência reagiu de modo expressivo quando Rui Barbosa lhe exibiu o projeto de Constituição presidencialista, em cujo contexto não caberia a válvula da dissolução do Congresso: “Não assino isto, nem pelo diabo!”, explodiu, acabando por fechar o Congresso-Constituinte numa crise que o levou à renúncia com a assunção de Floriano, ainda mais desconfiado do que ele no que tocasse dividir o poder com os congressistas. Daí para a frente, transplantado do modelo norte-americano como flor de estufa, o Congresso entre nós só existiu na medida em que por ele falaram as grandes vozes que comandavam a política nacional a partir de bases granitizadas nos Estados, até que a revolução de 1930 as silenciou, desaparecendo com elas a própria instituição parlamentar. Em 1937, a situação do Congresso era tão precária, em matéria de prestígio popular, que Getúlio consumou seu plano caudilhesco fechando-o com a humilhação de meia dúzia de cavalheiros da polícia. Não houve sinal de reação ou decepção de qualquer parcela significativa da população, que ouviu com naturalidade, no mesmo dia, o caudilho dar notícia do fato nestes termos: “Não mais intermediários entre o governo e o povo.”

Desse rodeio necessário, conquanto insuficiente pela limitação (providencial) do espaço, voltamos para encontrar-nos com um dos pontos fundamentais apontados na síntese de Villas-Bôas: o Congresso viveu no Brasil do pós-guerra e do pós-ditadura uma situação excepcional de prestígio, porque renasceu juntamente com uma experiência partidária também nunca antes feita, nem na República nem no Império. A Câmara e o Senado exprimiam a opinião média da sociedade, nitidamente refletida no PSD e na UDN, a

cujas bancadas se juntavam, em coligações dignas, agremiações menores, mas igualmente representativas, como o PDC e o PL — o primeiro destes dois refletindo posições da Igreja, que na época tinha ainda peso considerável, e o segundo propagando aos poucos, pela ação apostolar de Raul Pila, a idéia de que o parlamentarismo corresponderia melhor a nossas aspirações liberais. Havia ainda o PTB, que costumava aliar-se no plenário ao PSD no apoio a proposições governamentais, mas tendia a representar a massa de trabalhadores atraídos pelos sindicatos para uma política de confronto com o liberalismo jurisdicista da UDN e o pragmatismo conservador alimentado pela experiência administrativa do PSD.

De fato, alguma razão têm os que apontam entre os fatores da crise de credibilidade do Congresso o pouco espaço oferecido pelos jornais, em geral, à atividade dos deputados e senadores. Mas a imprensa, por outro lado, limita-se a refletir a evolução de um processo de deterioração acelerada da instituição parlamentar, desde que a mudança para Brasília a desligou de suas fontes de nutrição na atmosfera de um grande centro urbano, que era também centro efetivo das decisões nacionais. Quatro anos depois da mudança, a mutilação de 1964 ficou profundamente identificada com as vozes que a estimulavam na Câmara e no Senado, que passariam pouco depois a sofrer o desgaste decorrente da impopularidade dos governos militares, na medida em que o movimento armado de 31 de março era desviado de seus propósitos iniciais.

Critica-se a imprensa, mas esta limita-se a refletir a evolução de um processo de deterioração acelerada da instituição parlamentar

Até o fim do governo Kubitschek, o Congresso mereceu da imprensa uma cobertura correspondente à importância de sua participação nas decisões globais do governo, a começar pela transferência da capital. Incoerentemente colocado entre os adversários da revolução de 64, desceu ao nível de apêndice do Executivo, que o submeteu a mais de uma cirurgia radical e acabou convertendo-o em simples órgão homologador da Lei Orçamentária. Suprimidos os partidos, houve simultaneamente um fato que acabou de esvaziá-lo: os melhores homens dos estados, os mais cultos e preparados, e os mais representativos da opinião popular desistiram de pleitear um mandato para qualquer das duas Casas, deixando-as entregues a figuras que (com as exceções conhecidas e poucas) transportaram para Brasília a atmosfera, a linguagem, a mediocridade e às vezes até a leviandade das câmaras municipais.

Pretender que o Congresso brasileiro seja o que, nos Estados Unidos, acaba de obrigar o presidente a reformular toda a política orçamentária e fiscal é algo que só se diz ou escreve com a ressalva de Tomas Morus no fim de *A utopia*, ao acrescentar à formulação do desejo de que algumas instituições utopianas viessem a existir em seu país: “Aspiro, mas não espero.” Ao Congresso que está sendo eleito, pode-se no entanto sugerir que tenha pelo menos a coragem política de reagir à usurpação completa do Poder Legislativo pelo chefe do Executivo, com as medidas provisórias que passaram a jorrar do Palácio do Planalto em jato contínuo, sem um protesto de peso a divulgar. A esse novo Congresso, não há o que dizer, senão que não se contente, como o outro, a se mirar no Lago do Paranoá; mas ouça, se quiser aparecer na imprensa, a exortação de Fernando Pessoa: “Sê como a Lua, que se reflete, toda, em cada lago, porque alta vive.”

* Jornalista, ex-professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal (Ceub)